

ATA DA 11ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sala de reuniões da Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN) localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Laudenir Fernando Petroncini, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, V); 6) juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), e 7) servidor Rinaldo Luiz da Silva, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto. Após confirmar a presença dos membros do Comitê, foi dado início aos trabalhos do dia, com a análise e alteração de alguns pontos do Regimento Interno. Após as ponderações do grupo, ficou acertado que o documento será enviado para revisão da redação final pelo órgão competente, devendo o Regimento ser aprovado na próxima reunião técnica. Ficou estabelecido que a última reunião deste ano será em 23/11. O calendário para o ano de 2017 ficou assim definido: 08/02; 08/03; 05/04; 10/05; 07/06; 12/07; 09/08; 13/09; 04/10; 08/11 e 06/12. Foi acordado acerca de solicitação de informações sobre as DTRs: número de servidores, quantas e quais são as comarcas atendidas. Assim, já ficou definido que a próxima reunião será destinada à realização de visita técnica às Divisões de Acesso Remoto. Após, foi sugerido que o Comitê elabore sua estratégia, com delimitação de missão e visão. Os membros ficaram de desenvolver suas sugestões e envio por e-mail para discussão. Para melhor desenvolvimento dos trabalhos do Comitê, a servidora Emylia ficou de buscar os contatos de outros comitês da Justiça Estadual do país. Ao servidor Olacir foi dada a incumbência de levantar os dados sobre os cursos desenvolvidos pela Academia Judicial, com a finalidade de identificar a oferta de capacitação aos servidores. Nada mais havendo a deliberar, a reunião encerrou-se às 16 horas e 30 minutos. A minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

**COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO**

Laudenir Fernando Petroncini
PRESIDENTE DO COMITÊ
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves
SERVIDOR ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES DO PRIMEIRO GRAU

Jussara Schittler dos Santos
Wandscheer
REPRESENTANTE DA AMC

Rinaldo Luiz da Silva
REPRESENTANTE DO SINJUSC